

RESERVAS EXTRATIVISTAS: UMA ESTRATÉGIA DE USO SUSTENTADO

A idéia de aproveitar as riquezas da Amazônia sem esgotá-las e sem tornar inevitável a destruição da floresta — ao contrário, de modo que ela se renove ciclicamente — pode não ser apenas uma utopia. O extrativismo praticado tradicionalmente pelos índios, seringueiros, castanheiros e outros habitantes da região, que vivem daquilo que a natureza lhes oferece, é um exemplo. O projeto de criação de reservas extrativistas — seis das quais já foram implantadas no Acre — constitui uma oportunidade para sustar o desmatamento, resolver problemas sociais e ao mesmo tempo, sob a ótica do lucro, viabilizar a exploração de produtos silvícolas de grande interesse para o mercado nacional e internacional. Sem falar na borracha natural, cujas perspectivas de aproveitamento tendem a aumentar num futuro próximo. O autor, com sua vasta bagagem de pesquisas na região amazônica, assinala, entretanto, que a manutenção da floresta deve ser vista como condição prévia, a partir da qual os mecanismos econômicos seriam ajustados.

Philip M. Fearnside

Departamento de Ecologia,
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

.....
Em 1985 surgiu uma oportunidade para que áreas da floresta amazônica fossem mantidas sob uso sustentado. Foi quando o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e Brasiléia (Acre) propuseram a criação de uma série de reservas, denominadas 'extrativistas'. As seis primeiras dessas reservas já estão estabelecidas no Acre, um dos estados brasileiros mais ameaçados de desmatamento.

Extrativismo significa retirada de produtos florestais não madeireiros, tais como látex, resinas e castanhas, sem derrubar as árvores. Portanto, a criação dessas reservas dá proteção às terras florestadas, tradicionalmente usadas pelos seringueiros, castanheiros e outros extrativistas. Muitos tipos de produtos da floresta são também colhidos, para uso na medicina e na alimentação dos próprios extrativistas, além dos 30, aproximadamente, hoje coletados para comercialização.

Em geral os extrativistas — principalmente os seringueiros — têm morado na floresta e coletado esses produtos desde o *boom* da borracha, no final do século XIX. No Brasil, contaram-se 68 mil famílias de seringueiros no censo de 1980 (IBGE, 1983), se bem que as organizações de seringueiros afirmem que o número é muito maior. Estima-se que essas famílias ocupem 4-7% da Amazônia legal, numa densidade de uma família por 300 a 500 hectares.

As reservas extrativistas, conforme a proposta, serão administradas comunalmente, sendo a propriedade da terra retida pelo governo, de maneira semelhante às reservas indígenas. O sistema, entretanto, não constitui uma forma de coletivização dos recursos. Embora não tenha nenhum título individual da terra, cada família detém o direito de coletar em seu território tradicional de extração (as 'colocações') dentro das reservas. A terra não pode ser vendida nem convertida em usos não florestais, embora sejam permitidas pequenas

clareiras para cultivos de subsistência, normalmente não mais de 5 hectares por família, ou cerca de 1-2% da área da reserva.

As duas primeiras reservas extrativistas foram criadas por decreto do governador do Acre em fevereiro de 1988. Posteriormente mais quatro estabeleceram-se naquele estado. No entanto, elas têm encontrado uma oposição violenta no Acre, onde os líderes dos seringueiros vivem sob ameaça constante de morte por parte de pistoleiros contratados pelos fazendeiros. Em 22 de dezembro de 1988, o assassinato de um dos líderes, Chico Mendes, chamou a atenção do mundo para esta violência.

A nova Constituição brasileira (art. 225 parágrafo 1º), em vigor desde 5 de outubro de 1988, inclui dispositivos que favorecem a criação de reservas extrativistas. Em julho de 1989, a lei nº 7.804 facilitou muito o projeto, ao permitir que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) as criasse como áreas de proteção ambiental, sem depender do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Atualmente o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estudam a forma de ajudar a criação de novas reservas, agora também no Amapá, Amazonas e Rondônia (ver tabela).

As reservas extrativistas são interessantes por vários motivos relacionados aos problemas sociais. Permitem que os seringueiros mantenham sua atividade, ao invés de serem expulsos pelo desmatamento. Entretanto, não devem ser vistas como alternativa para sustento de populações densas ou para absorção de migrantes. Quem é novato em extrativismo carece dos conhecimentos necessários para fazer o sistema funcionar de modo sustentado. Mesmo com pessoas experientes, apenas uma população esparsa, atualmente de 1,0-1,7 habitantes por km², pode ser sustentada.

O governo do Amazonas lançou um



Os seringueiros têm tirado látex de seringueiras da floresta nativa durante mais de um século sem danificar a sustentabilidade do sistema produtivo. Aqui, Chico Mendes tira látex de uma árvore na primeira reserva extrativista, localizada em Seringal São Luís do Remanso, no Acre. Meses depois ele seria assassinado.

dem. Esta estratégia exigiria a colaboração com pesquisadores (farmacólogos, químicos e botânicos) para desenvolver novos produtos, especialmente a partir de plantas medicinais.

Para que os extrativistas possam desfrutar de um padrão de vida razoável, é necessário também que desenvolvam a comercialização dos novos produtos. A miséria dos seringueiros durante o *boom* da borracha mostrou que, enquanto a renda dos produtos é retida pelos intermediários, os extrativistas permanecem pobres, independentemente da quantidade de riqueza gerada pelo seu trabalho. Estruturas institucionais devem ser implantadas para lhes assegurar o recebimento dos *royalties* da venda dos produtos, inclusive de eventuais cópias sintéticas dos compostos naturais.

Informações biológicas são um recurso valioso para os extrativistas, embora seja difícil avaliar o valor monetário potencial de materiais genéticos e compostos farmacêuticos. Ninguém paga aos povos indígenas pelo conhecimento tradicional que leva à identificação de novos compostos químicos naturais. As drogas hoje produzidas sinteticamente foram quase sem exceção obtidas originalmente de organismos vivos. Novas drogas continuam sendo necessárias, pois novas doenças continuam a surgir. Recentemente, agentes anticâncer foram descobertos na pervinca de Madagascar (*Catharanthus roseus*), planta tropical que contém mais de 60 alcalóides úteis. A Amazônia possui o maior estoque mundial de espécies. O desmatamento destrói tanto os compostos como o conhecimento dos usos medicinais de cada planta.

Declarações entregues por firmas farmacêuticas a uma comissão do Congresso Nacional norte-americano incumbida de avaliar os impactos do desmatamento tropical definiram os compostos provenientes da

floresta como os modelos para a posterior síntese industrial. No entanto, a exploração das plantas tropicais é uma atividade ainda bastante limitada entre as grandes firmas farmacêuticas. Essa atitude costuma ser apresentada pelas agências governamentais como evidência do baixo potencial de utilidade da floresta. A atração pelo rendimento rápido favorece investimentos em atividades menos substantivas, como embalagens e propaganda. Os executivos da indústria farmacêutica se orientam pelos saldos financeiros e não se esperaria que priorizassem um programa de triagem de plantas tropicais, que devem ser submetidas a um longo processo de testes antes do desenvolvimento de produtos cujo retorno será a longo prazo.

Algumas firmas estão mais interessadas na Amazônia como potencial para produção de sabonetes e cosméticos, que proporcionam um rápido retorno para os investimentos, pois são aprovados para comercialização muito mais depressa do que medicamentos. Tais usos, embora signifiquem rendimento para os extrativistas, não têm a mesma importância que os compostos farmacêuticos como justificativa moral para a conservação das florestas.

Embora o valor monetário seja com frequência citado como a razão principal para salvaguardar a Amazônia, boas razões existiriam mesmo se a floresta não fosse financeiramente valiosa. Entre eles, o papel da floresta em processos macroecológicos, tais como o ciclo hidrológico e o balanço dos gases atmosféricos que afetam o clima global. Algumas pessoas afirmam que áreas substanciais de ecossistemas naturais devem ser preservadas simplesmente porque nelas existem muitos aspectos ainda não compreendidos ou estudados.

Argumentos explicitamente não econômicos e não utilitários são em geral descar-

tados de forma pejorativa no Brasil, como 'poesia'. No entanto, uma importante causa para salvar áreas substanciais de florestas deve ser invocada, com base no auto-interesse humano em esferas não relacionadas com o uso direto dos produtos florestais. Pelo menos a humildade deve motivar alguma preservação.

Não é com base numa avaliação de custos e benefícios econômicos diretos que a questão se coloca ao Brasil para que decida se deve aceitar a destruição de sua floresta amazônica. Se o benefício financeiro é insuficiente, a conclusão deve ser que a fórmula econômica precisa ser reformulada, até que a conservação se torne rentável. Para isso, é essencial encontrar mecanismos que tornem os usos sustentáveis lucrativos e os não sustentáveis antieconômicos.

Os pesquisadores estão se empenhando na busca de maneiras para fazer com que a preservação da floresta tenha vantagem econômica. Seus esforços incluem a identificação de novos produtos, o desenvolvimento de usos adicionais para árvores de madeiras de lei, a demonstração da viabilidade do manejo sustentável da floresta e a documentação tanto dos custos ambientais (inclusive o efeito estufa) decorrentes da perda da floresta como da natureza efêmera dos benefícios acenados pela maioria dos usos da terra que venham a substituí-la.

Entretanto, a manutenção da floresta deve ser tratada como uma restrição sobre as opções de desenvolvimento, para ser aceita antes de quaisquer cálculos econômicos de custo-benefício ou outros. Esta restrição deve ter um lugar semelhante àquele da segurança nacional. Considerações de segurança têm levado o governo brasileiro a obrigar os consumidores a pagar preços mais altos para ajudar o país a ganhar independência na produção de computadores, automóveis, pequenos aviões, borracha natural ou álcool carburante. Ao invés de escolher a opção mais barata, o governo tem obrigado a economia a se adaptar a metas mais altas. A mesma lógica se aplica ao controle do desmatamento e ao favorecimento do uso sustentado da floresta. Mantê-la deve ser uma precondição dada, a partir da qual os mecanismos econômicos devem ser elaborados. O plano-proposta para criação de uma série de reservas extrativistas oferece uma oportunidade excelente para agir com base nessa precondição, de uma maneira barata, que solucionará vários problemas sociais e que, acima de tudo, tem boas chances de ser eficaz.

TABELA 1 RESERVAS EXTRATIVISTAS EXISTENTES E PROPOSTAS (a)

Nº ESTADO	NOME DA RESERVA	ÁREA (km ²)	Nº DE FAMÍLIAS PRESENTES	STATUS	TÍTULO DA TERRA
1 Acre	Porto Dias	221	83	Criada	
2 Acre	Riozinho	359	120	Criada	
3 Acre	Chico Mendes	9.706	1.500	Criada	Em discriminatura pelo IBAMA
4 Acre	Floresta	180	50	Criada	Indicado para desapropriação
5 Acre	Cachoeira	250	80	Criada	Desapropriado
6 Acre	Figueira	?	20	Criada	Desapropriado
7 Acre	Santa Quitéria	440	150	Criada	Desapropriado
8 Acre	Macaua	1.030	150 (b)	Criada	?
9 Acre	Tejo	3.000	407 (c)	Criada	Discriminado
10 Acre	Rio Cajari	5.062	1.600,	Criada	
11 Acre	Rio Juruá	4.817	1.000	Criada	
12 Amapá	Maracá-1	750	214	Criada	Desapropriada
13 Amapá	Maracá-2	225	74	Criada	Desapropriada
14 Amapá	Maracá-3	2.260 (d)	760	Criada	Desapropriado
15 Amazonas	Antimary	2.602 (e)	867	Criada	
16 Amazonas	Terruaã	1.392 (f)	426	Criada	
17 Rondônia	Ouro Preto	2.046 (g)	682	Criada	50% terras da União; 50% indefinido
18 Rondônia	Pacáas Novos	1.800	100	Proposta	Desapropriado
19 Rondônia	Cautário	2.300	100	Proposta	50% terras da União; 50% indefinido
20 Rondônia	Pedras Negras	1.800	80	Proposta	50% terras da União; 50% indefinido
21 Rondônia	Jaciparaná & Mutumparaná	2.400	120	Proposta	Desapropriado

(a) Situação em novembro/1988. Fonte: Instituto de Estudos Amazônicos, 1988; (b) Fonte: Chico Mendes, comunicação pessoal, 1988; (c) incluindo 282 índios; (d) área ocupada 957 km²; (e) área ocupada 195 km²; (f) área ocupada 676 km²; (g) área ocupada 450 km²

'projeto extrativista' elevando o número de famílias em uma área, no município de Boca do Acre, de 500 para cinco mil, e é preciso cuidado para que os termos 'projeto extrativista' e 'reserva extrativista' não se tornem meros eufemismos para o tipo de assentamento que já ficou desacreditado na colonização agrícola na Transamazônica e em Rondônia. Isso desacredita, indiretamente, o extrativismo legítimo.

Acre e Rondônia, estados que estão sofrendo desmatamento acelerado, têm a maior proporção de seringueiros 'livres' ou autônomos e as organizações mais fortes desses profissionais que compreendem a necessidade de defender a floresta como condição para sua própria sobrevivência. A maior parte dos seringueiros dos outros estados ainda trabalha sob o regime do 'aviamento', ou escravidão por endividamento, que os torna cativos em consequência das dívidas sempre crescentes que contraem com os seringalistas.

Em contraste com quase todos os outros projetos para a Amazônia, em geral decretados pelas autoridades governamentais, a proposta para as reservas extrativistas originou-se em nível popular. Essa origem

local aumenta a probabilidade de que a infra-estrutura e o sistema serão mantidos conforme o projeto inicial. A auto-suficiência econômica é meta importante para os extrativistas. Ela exigirá a maximização do valor e variedade dos produtos vendidos, limitará o vazamento de dinheiro para intermediários e minimizará o custo de estabelecimento e manutenção das reservas.

Embora a melhoria das condições de vida para os extrativistas tenha sido uma das principais motivações do projeto, é pouco provável que o governo crie reservas para os seringueiros com base neste argumento, uma vez que populações maiores e mais acessíveis também carecem de serviços básicos. Portanto, a prioridade para quaisquer verbas destinadas ao projeto deve ser a rápida demarcação do maior número possível de reservas. A infra-estrutura vem em segundo lugar, com equipamentos modestos e localmente custeados, tanto quanto possível. O custo da instalação de escolas e postos de saúde em áreas remotas através da burocracia governamental e de firmas contratadas pode ser astronômico.

Encontrar meios eficazes para deter a perda da floresta é uma prioridade óbvia.

Os benefícios do desmatamento são minúsculos: as pastagens, que acabam tomando conta das áreas desmatadas, não são auto-sustentáveis. A alternativa, além das reservas extrativistas, são os projetos de manejo florestal para fins madeiros. Entretanto, tais projetos têm várias desvantagens, como: (1) sua sustentabilidade ainda não está comprovada; (2) eles fornecem menos benefícios à população local; (3) provocam mais perturbações na floresta; (4) as rotinas de manejo são mais suscetíveis a desvios através da corrupção; (5) por dependerem de guardas assalariados, têm menor probabilidade de resistir à invasão de migrantes e grileiros.

A produção da seringa e da castanha-do-pará é o argumento principal usado pelos seringueiros para justificar sua proposta ao governo. A Amazônia brasileira produziu 45 mil toneladas de castanha e 42 mil toneladas de borracha em 1985, segundo estatísticas oficiais. Este argumento, porém, pode não ser suficientemente forte para evitar pressões futuras a favor da alocação das terras para outros usos, pressões que tendem a se intensificar diante da elevação do preço das madeiras tropicais e do aumento do fluxo de migrantes para o Acre.

A produção de mercadorias não madeiras dá menos justificativa do que pode parecer, pois a seringa amazônica é altamente subsidiada: o preço da borracha natural no Brasil é cerca de três vezes maior que o preço internacional. No sudeste da Ásia, seu custo de produção é bem mais baixo, pois ali não ocorre o 'mal das folhas', um fungo presente na Amazônia. Além disso, as longas distâncias elevam o custo da mão-de-obra.

Atualmente o Brasil produz menos de 1% da borracha do mundo e importa aproximadamente a metade do que consome. Desta forma, o subsídio torna-se cada vez mais oneroso para os consumidores brasileiros, e é pouco provável que seja mantido por muito tempo. Com um espectro de usos cada vez maior, a borracha sintética — especialmente o poliisopreno — tende a substituir cada vez mais a borracha natural, mas o preço desses produtos sintéticos está em estrita dependência dos preços do petróleo. Por isso, acredita-se que, à medida que as reservas mundiais de petróleo se esgotem e seu preço suba, aumentará a demanda relativa para a borracha natural.

Um bom conselho para os seringueiros seria que façam um grande esforço para diversificar os produtos que extraem e ven-